

eBook

Guia sobre a Reforma Tributária

O que é, e como preparar a empresa



StarSoft

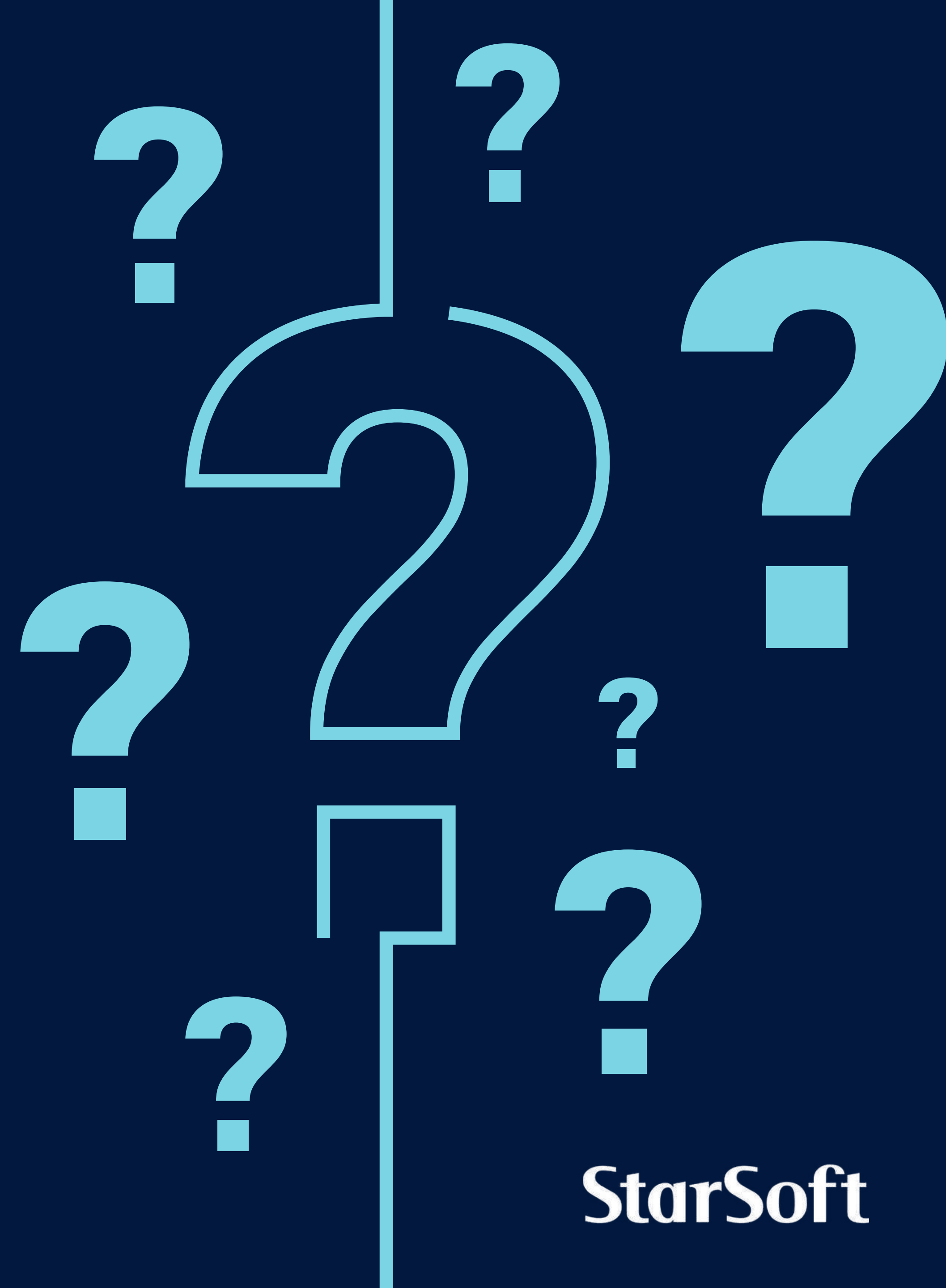
Você já se perguntou por que a carga tributária no Brasil representa um desafio para as empresas?

O sistema atual exige tempo e recursos para o cumprimento de múltiplas obrigações fiscais, dificultando a gestão financeira e o planejamento estratégico. Além disso, a falta de transparência impede uma visão clara sobre os valores pagos em impostos.

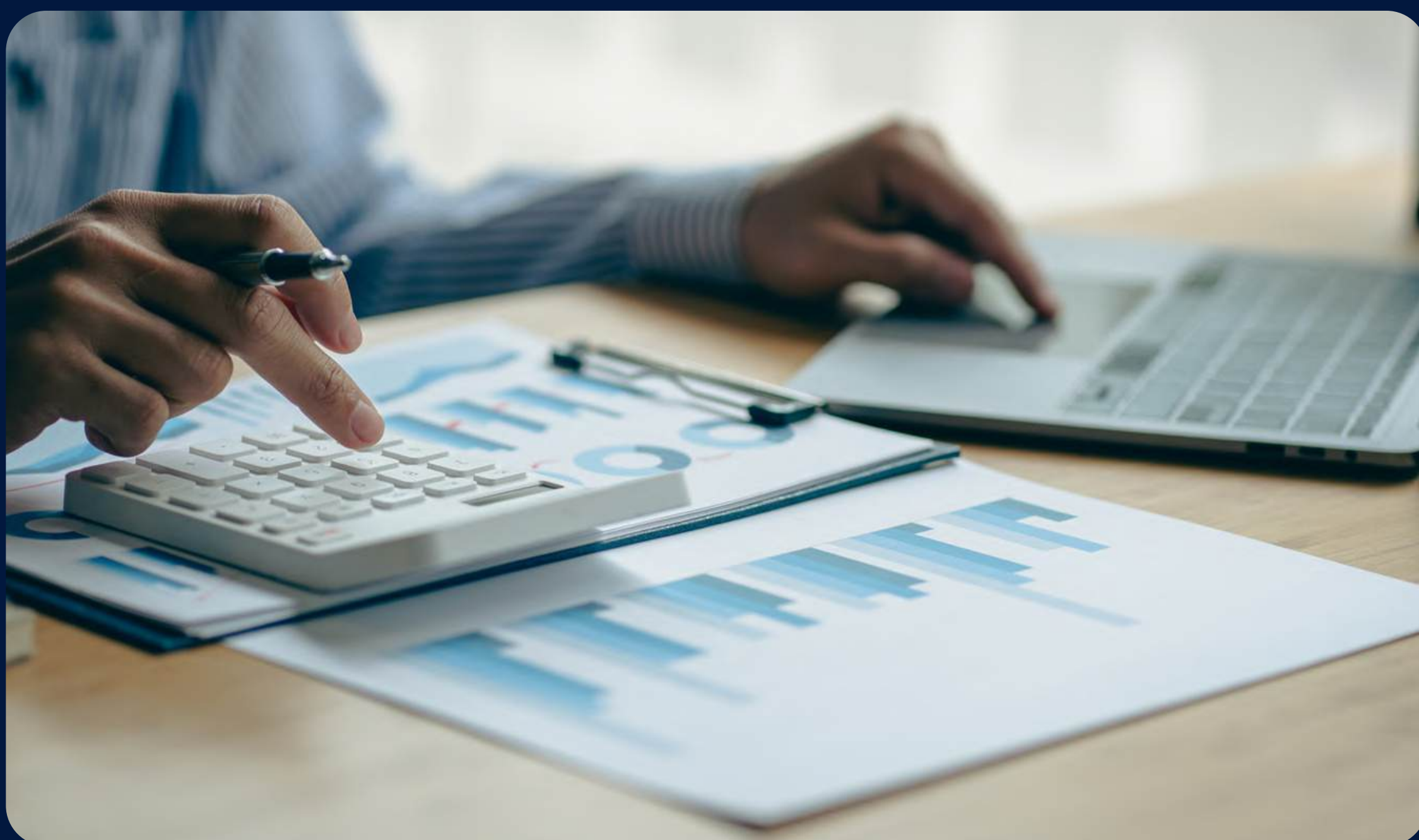
O impacto dessa realidade é evidente. O Brasil está entre os países com maior tributação empresarial do mundo. Segundo dados do Banco Mundial, publicados pelo [G1](#), as alíquotas podem chegar a

34%, superando a média de 23,6% dos países desenvolvidos.

Esse cenário eleva os custos operacionais e reduz a competitividade das empresas no mercado nacional e internacional. Por isso, nos últimos anos, o debate sobre reestruturar o sistema tributário ganhou força.



A necessidade de corrigir distorções, reduzir a burocracia e tornar a arrecadação mais clara impulsionou a aprovação da Reforma Tributária, que estabelece novas regras para a cobrança de impostos e impacta empresas de todos os setores.



Este e-book oferece um panorama completo dessa transição. No primeiro capítulo, será explicado o que é a Reforma Tributária, sua estrutura e quais tributos serão substituídos.

O segundo explora os impactos para as empresas, detalhando as alterações nas alíquotas e as novas obrigações. Já o terceiro capítulo apresenta estratégias práticas para adaptação e planejamento diante do novo modelo. A transição para o novo sistema já começou.

Conhecer as mudanças é necessário para garantir conformidade e eficiência na gestão tributária.

Sumário

Entendendo a Reforma Tributária

5

Os impactos da Reforma
Tributária para empresas

18

Como sua empresa pode se
preparar para a Reforma Tributária?

30



Entendendo a Reforma Tributária

StarSoft

O que é a Reforma Tributária?

A Reforma Tributária representa **uma mudança estrutural no sistema de arrecadação de impostos** no Brasil. Seu **principal objetivo é tornar a tributação mais eficiente**, reduzindo a complexidade e garantindo maior transparência na cobrança de tributos sobre bens e serviços.

Atualmente, o modelo tributário brasileiro é fragmentado, com diferentes regras em âmbitos federal, estadual e municipal. Essa estrutura gera custos elevados para empresas e dificulta o cumprimento das obrigações fiscais.

Para corrigir essas distorções, a reforma foi aprovada por meio da **Emenda Constitucional n.º 132/2023**, estabelecendo as bases para um novo formato de tributação.

O processo teve início com a **PEC n.º 45/2019**, que consolidou propostas anteriores e definiu diretrizes para a substituição de tributos sobre o consumo. Em 2025, a regulamentação avançou com a **sanção da Lei Complementar n.º 214**, que **marca o início da implementação das novas regras**.

Com essas mudanças, espera-se um sistema mais simplificado, alinhado às melhores práticas internacionais e capaz de promover um ambiente econômico mais competitivo.

Por que o Brasil está discutindo uma Reforma Tributária?

O sistema tributário brasileiro é frequentemente apontado como um dos mais burocráticos do mundo. O **excesso de tributos sobre o consumo, aliado a regras complexas e exigências distintas em cada esfera de governo**, dificulta a conformidade fiscal e gera custos adicionais para empresas.

Além da complexidade, a carga tributária elevada reduz a competitividade do setor produtivo. Estudos, como o mencionado na introdução, indicam que as **empresas no Brasil pagam mais impostos do que em países desenvolvidos**, desestimulando investimentos e limitando o crescimento econômico.

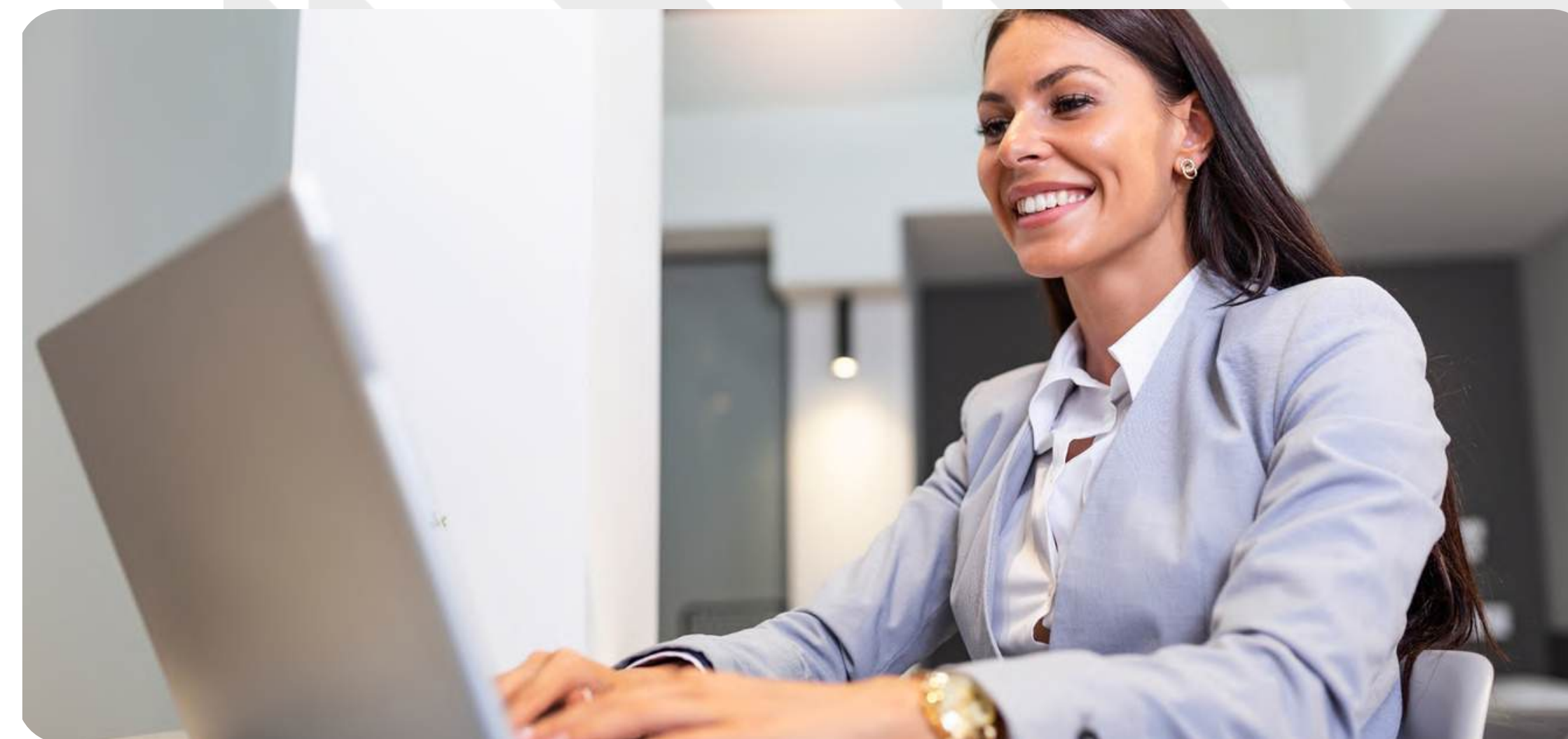


Outro fator determinante para a discussão da reforma é a forma como os impostos são cobrados. Atualmente, a **tributação ocorre na origem**, beneficiando estados mais industrializados e ampliando a desigualdade na distribuição da arrecadação.

Essa é a primeira vez que acontece uma Reforma Tributária no Brasil?

A necessidade de revisar o sistema tributário brasileiro é discutida há décadas. Desde a Constituição de 1988, diversas propostas foram apresentadas, mas poucas avançaram. O modelo atual, criado há mais de 50 anos, passou por atualizações pontuais, mas ainda apresenta distorções que comprometem a eficiência econômica.

As tentativas anteriores esbarraram em dificuldades políticas e na resistência de setores beneficiados pelo modelo vigente. Apesar dos debates no Congresso, muitas iniciativas não chegaram a ser implementadas.



A aprovação da atual reforma marca o avanço mais significativo na modernização tributária. Com mudanças estruturais já previstas em lei complementar, o país se aproxima da adoção de um modelo transparente e alinhado às melhores práticas internacionais.

Quais são os objetivos da Reforma Tributária?

A Reforma Tributária **busca melhorar o sistema, tornando-o mais eficiente e acessível**, reduzindo burocracias e corrigindo falhas que impactam empresas e consumidores.

Além da simplificação das regras, propõe um novo modelo de arrecadação e distribuição dos tributos, **garantindo mais equilíbrio e transparência**.

Para compreender seus principais objetivos, é preciso analisar três aspectos centrais que orientam as mudanças:



Simplificação do sistema tributário brasileiro

O modelo atual exige que as empresas lidem com múltiplos tributos nos âmbitos federal, estadual e municipal, cada um com regras próprias. Essa fragmentação eleva a burocracia, aumenta os custos administrativos e dificulta a conformidade fiscal.

A reforma propõe a **unificação da tributação sobre o consumo, eliminando sobreposições e padronizando normas**. Com um sistema mais simples, as empresas poderão focar na atividade produtiva em vez de se dedicar a processos fiscais complexos.





Redução e readequação da carga tributária

O peso dos impostos sobre o setor produtivo varia conforme a atividade econômica, resultando em desigualdades competitivas entre empresas. A ideia é **redistribuir essa carga de maneira mais equilibrada**, evitando que determinados segmentos sejam excessivamente onerados.

Ao **estabelecer critérios mais justos**, a reforma pretende reduzir custos desnecessários, incentivar investimentos e impulsionar o crescimento econômico.

Transparência e equidade na arrecadação

A dificuldade em identificar o peso dos tributos embutidos no preço de produtos e serviços compromete a fiscalização e o planejamento financeiro. Para solucionar esse problema, **a reforma prevê um modelo mais claro**, no qual os impostos serão destacados, permitindo maior controle sobre a carga tributária.

Outro ponto fundamental é o **ajuste na redistribuição da arrecadação entre estados e municípios**, reduzindo desigualdades regionais e garantindo uma divisão mais equilibrada dos recursos públicos.



Conheça as principais propostas em discussão



O modelo tributário brasileiro passou por anos de debates até a aprovação da reforma. A necessidade de reduzir burocracias e tornar a arrecadação mais equilibrada levou à construção de propostas que simplificam a tributação sobre o consumo.

Duas iniciativas se destacaram nesse processo: **PEC n.º 45/2019 e PEC n.º 110/2019**. Ambas propuseram a substituição de tributos atuais por um sistema transparente e eficiente. A partir dessas diretrizes, surgiram mudanças estruturais como a **unificação de tributos** e a criação do **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**.

A seguir, veja como essas propostas influenciaram a reestruturação do sistema tributário.

PEC 45/2019

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 tinha como **principal objetivo substituir cinco tributos sobre o consumo (ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI)** por um único imposto de base ampla.

A proposta estabelecia a incidência da tributação no destino da operação, reduzindo desigualdades na arrecadação entre estados e municípios e eliminando a cumulatividade de impostos.

Outro ponto relevante era a criação de um período de transição, permitindo uma implementação gradual. Esse mecanismo garantiria tempo para adaptação de empresas e entes federativos ao novo modelo.



PEC 110/2019

Já a [PEC n.º 110/2019](#), elaborada no Senado, seguiu uma lógica semelhante à PEC n.º 45/2019, mas com um modelo de arrecadação diferente.

Seu principal ponto era a **unificação dos tributos sobre o consumo por meio da criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, que substituiria impostos federais, estaduais e municipais.

Além disso, a **PEC introduzia um Imposto Seletivo**, destinado a produtos que geram impactos negativos à sociedade, como cigarros e combustíveis. Essa tributação teria caráter regulatório e contribuiria para a arrecadação governamental.

Com o avanço das discussões, as diretrizes dessas propostas foram consolidadas na Emenda Constitucional n.º 132/2023, que definiu a estrutura do novo sistema tributário e os prazos.



Unificação de tributos: CBS, IBS e Imposto Seletivo

A Reforma Tributária redefiniu a estrutura da **tributação sobre o consumo**, substituindo múltiplos tributos por um sistema integrado e uniforme. Com isso, foram estabelecidos três novos impostos:

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá PIS e Cofins, de competência federal.

Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificará ICMS e ISS, com arrecadação compartilhada entre estados e município.

Imposto Seletivo, que incidirá sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, com caráter regulatório.

Criação do IVA

A mudança mais significativa da reforma é a **adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**, formado pela **junção do CBS e do IBS**. O novo tributo será cobrado no destino da operação, garantindo uma distribuição mais equilibrada da arrecadação entre os entes federativos.

A estimativa inicial da alíquota total do IVA-Dual é de 26,5%, composta por 8,8% da CBS (federal) e 17,7% do IBS (estadual e municipal), conforme definido pela **Lei Complementar n.º 214/2025**.

Amplamente utilizado em outros países, o **modelo do IVA busca eliminar distorções na carga tributária, evitar a cumulatividade de impostos e aumentar a transparência**.

A implementação ocorrerá gradualmente, permitindo que as empresas e as administrações públicas ajustem seus processos sem comprometer as operações.

Com um **sistema previsível e alinhado às melhores práticas internacionais**, espera-se um ambiente econômico mais competitivo, incentivando investimentos e impulsionando o crescimento do país.



Os impactos da Reforma Tributária para empresas

StarSoft

Quais são as mudanças na estrutura de tributação?

As novas regras reconfiguram a arrecadação sobre o consumo, substituindo múltiplos tributos por um modelo unificado. A padronização dos processos traz mais transparência e previsibilidade, reduzindo burocracias e simplificando o cumprimento das obrigações fiscais.

Veja as principais mudanças que alteram a forma de calcular, recolher e compensar tributos.



Substituição do PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI

Como visto no capítulo anterior, a nova estrutura tributária unifica a arrecadação de PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI em um sistema mais eficiente. Essa mudança **reduz a burocracia e elimina divergências entre as esferas de governo**, tornando o cumprimento das obrigações fiscais mais simples.

A incidência da tributação passa a ocorrer no destino da operação, evitando a sobreposição de impostos ao longo da cadeia produtiva.

Esse novo modelo será operacionalizado por meio do **split payment**, no qual o valor do tributo é automaticamente repassado ao fisco no momento do pagamento. A medida elimina etapas manuais de apuração e fortalece o controle fiscal.

Além disso, a compensação de créditos tributários será integral, reduzindo a cumulatividade e garantindo maior previsibilidade nos custos para as empresas.

Criação de uma nova base de cálculo e de regras de apuração

O recolhimento de impostos sobre o consumo agora **segue critérios mais objetivos**. No modelo anterior, cada tributo possuía regras próprias, dificultando o planejamento fiscal e aumentando a insegurança jurídica.

Com a adoção do sistema de crédito financeiro, os tributos pagos ao longo da cadeia produtiva serão compensados integralmente. Dessa forma, a cobrança incidirá apenas sobre o valor agregado em cada etapa, evitando distorções e reduzindo a carga tributária acumulada.

Regras mais claras permitem maior previsibilidade no impacto da tributação sobre as operações empresariais, facilitando o planejamento financeiro e incentivando novos investimentos.

Quais setores serão mais impactados pela mudança?

A reestruturação tributária **altera a carga fiscal e a forma de apuração de tributos em diversos setores da economia**. A transição para um modelo unificado modifica regras que, por anos, definiram a tributação diferenciada entre atividades econômicas.

Os efeitos variam conforme o tipo de operação e o regime tributário vigente. Entre os segmentos mais afetados, destacam-se a indústria, o comércio, o setor de serviços e as pequenas e médias empresas.



Indústria e comércio

A substituição do ICMS e do IPI pelo IBS e CBS altera a tributação sobre produção e comercialização. Com a nova regra, os tributos serão cobrados no destino, redistribuindo a arrecadação entre estados e reduzindo desigualdades regionais.

A compensação integral de créditos tributários reduz a cumulatividade, tornando a carga fiscal mais previsível. No entanto, setores que dependiam de incentivos fiscais estaduais precisarão revisar custos e estratégias para se manterem competitivos.

Os principais impactos incluem:

Maior previsibilidade tributária com compensação integral de créditos.

Fortalecimento da competitividade internacional com a isenção de tributos sobre exportações.

Menos desigualdade fiscal entre estados com a redistribuição da arrecadação.

Necessidade de ajustes nos preços para setores que perderão incentivos regionais.

Setor de serviços

A **aplicação de uma alíquota única para bens e serviços** altera a forma como esse setor será tributado. O ISS, que atualmente tem alíquotas inferiores a outros tributos sobre consumo, será substituído por uma taxa padronizada, resultando em aumento da carga tributária para negócios com poucos insumos tributáveis.

Além disso, profissões regulamentadas contarão com redução de 30% na alíquota, enquanto educação e saúde terão redução de 60%, conforme previsto nos regimes diferenciados da Lei Complementar.

Por outro lado, a **eliminação das variações de regras entre municípios reduz a insegurança jurídica** e facilita o cumprimento das obrigações fiscais.

Os principais impactos incluem:

Possível aumento da carga tributária para setores sem créditos fiscais significativos.

Maior segurança jurídica com regras padronizadas entre municípios.

Simplificação das obrigações fiscais com unificação dos tributos sobre consumo.

Revisão da precificação para absorver possíveis novos custos tributários.

PMEs

Empresas optantes pelo Simples Nacional podem ser impactadas por **ajustes no regime simplificado, incluindo alterações nas faixas de faturamento e nas alíquotas.**

A simplificação da arrecadação pode facilitar o cumprimento das obrigações fiscais, mas será necessário acompanhar a regulamentação complementar para garantir conformidade.

Os principais impactos incluem:

Ajustes nas alíquotas e faixas do Simples Nacional para adaptação ao novo modelo.

Menos burocracia na arrecadação com um sistema mais integrado.

Maior previsibilidade tributária para pequenos negócios.

Necessidade de acompanhamento das novas regras para evitar riscos fiscais.

Desafios e oportunidades envolvidos com as mudanças trazidas pela Reforma Tributária

As novas regras alteram a estrutura tributária, exigindo que empresas se ajustem a um ambiente fiscal reformulado. Enquanto a compensação de créditos e a simplificação do sistema reduzem custos e trazem previsibilidade, alguns setores precisarão rever estratégias para lidar com mudanças na carga tributária e nas obrigações fiscais.

Confira os principais desafios e oportunidades dessa transição:



Redução da carga tributária

A compensação integral de créditos tributários diminui a incidência de impostos sobre as operações e melhora a competitividade. Empresas com uma cadeia produtiva longa, como a indústria e o comércio atacadista, passam a ter um modelo mais equilibrado de tributação, reduzindo custos financeiros ao longo do processo.

Confira as principais oportunidades com a redução da carga tributária:

Maior aproveitamento de créditos tributários, reduzindo a carga sobre a produção e comercialização.

Isenção sobre exportações, fortalecendo a competitividade internacional;

Previsibilidade tributária, facilitando o planejamento financeiro e o controle de custos.

Necessidade de realizar ajustes na margem de lucro e precificação

A redistribuição da carga tributária impacta a formação de preços e exige uma nova abordagem no cálculo da margem de lucro. Setores que atualmente possuem menor tributação, como o de serviços, precisarão revisar seus valores para se adaptar às novas alíquotas e manter a viabilidade do negócio.

Por exemplo, um serviço com valor de R\$ 850, que atualmente considera tributos embutidos, poderá passar a custar aproximadamente R\$ 1.070, com os impostos destacados separadamente. Esse ajuste exige uma nova abordagem de precificação para preservar a percepção de valor e a margem de lucro.

Entenda quais serão os desafios atrelados a isso:

Readequação da precificação, considerando o impacto da alíquota única para bens e serviços.

Revisão das margens de lucro, equilibrando rentabilidade e competitividade.

Adaptação do planejamento financeiro, garantindo sustentabilidade no novo regime tributário.

Necessidade de adaptar atividades de gestão, compliance e contábil

A implementação de novas regras exige que empresas revisem processos internos para garantir conformidade fiscal. O cumprimento das obrigações acessórias e a correta apuração dos tributos demandam maior controle contábil e monitoramento contínuo das regulamentações.

Entre os desafios de adaptar essas atividades destacam-se:

Atualização de sistemas contábeis e fiscais, assegurando alinhamento com o novo modelo;

Capacitação das equipes, garantindo entendimento das mudanças e conformidade nas operações;

Monitoramento das regulamentações complementares, evitando inconsistências e riscos fiscais.



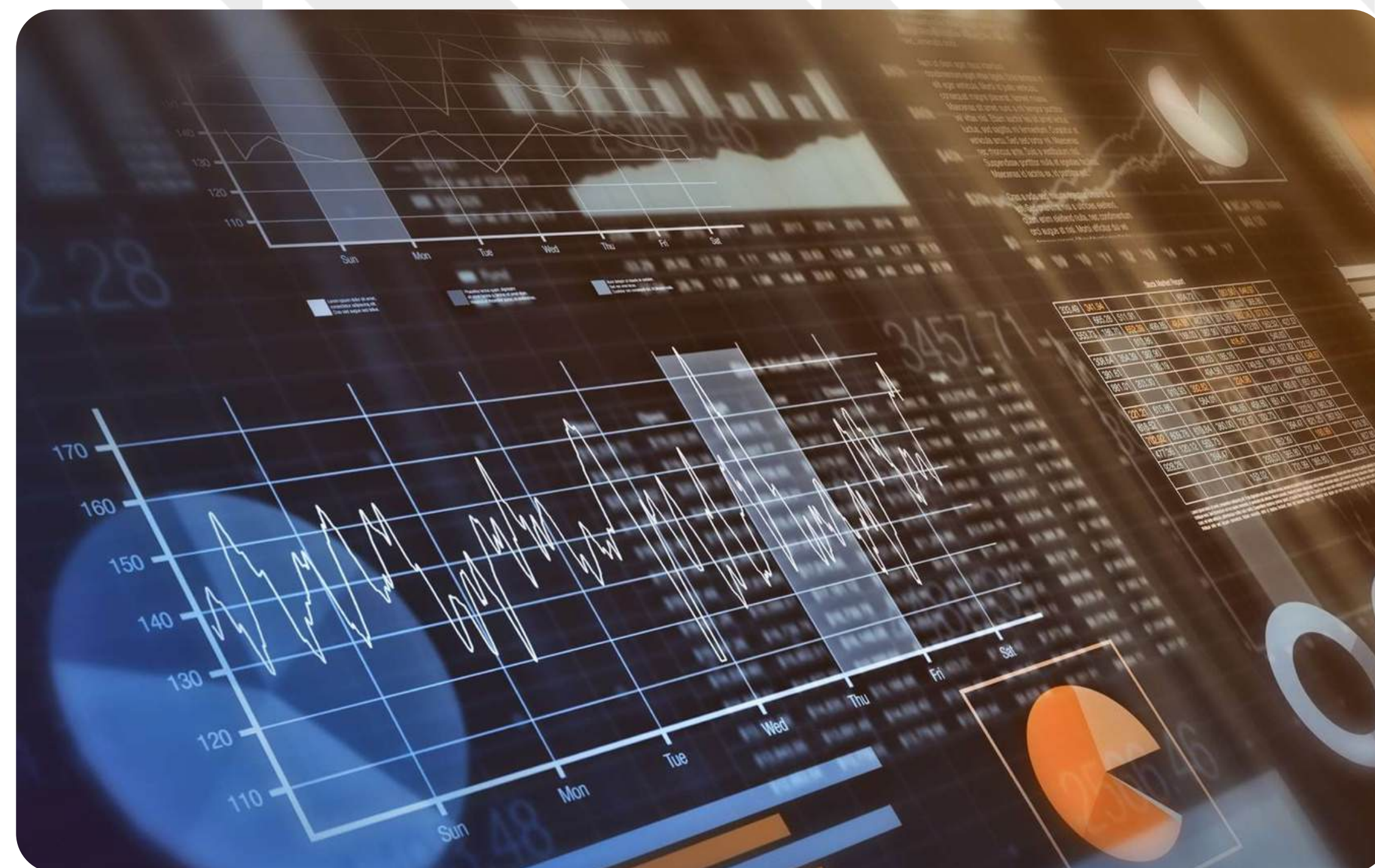
Como sua empresa pode se preparar para a Reforma Tributária?

StarSoft

Principais adequações necessárias

A transição para o novo modelo tributário exige ajustes estratégicos e operacionais para garantir conformidade e minimizar impactos financeiros. A reformulação da estrutura de arrecadação altera a forma como tributos são apurados, modifica obrigações acessórias e influencia diretamente a gestão financeira das empresas.

Para reduzir riscos e aproveitar as oportunidades da mudança, algumas ações são essenciais. Confira como sua empresa pode se preparar:



Atualização no sistema de gestão fiscal

Os sistemas contábeis e fiscais devem ser ajustado para atender às novas exigências, garantindo precisão na apuração dos tributos e segurança no cumprimento das obrigações legais.

Além das atualizações nos sistemas, recomenda-se revisar cláusulas contratuais que tratem da carga tributária, pois a mudança nas bases de cálculo pode gerar conflitos ou necessidade de reequilíbrio econômico em contratos vigentes.

Isso porque a integração de dados e a automação passam a ter um papel ainda mais estratégico para simplificar processos e assegurar conformidade.

Fique atento aos seguintes ajustes:

Reconfiguração das alíquotas e bases de cálculo conforme os tributos substituídos.

Implementação de ferramentas para apuração automática dos créditos tributários.

Atualização de relatórios e declarações fiscais para atender às novas exigências.

Revisão de estratégias de planejamento tributário e fiscal

Os impactos da reforma sobre custos operacionais, precificação e fluxo de caixa exigem uma revisão cuidadosa das estratégias fiscais. Dessa forma, as empresas devem avaliar créditos tributários disponíveis, adaptar suas margens e reestruturar o planejamento para manter a competitividade.

Algumas ações necessárias para essa reestruturação incluem:

Simulação de cenários para avaliar impactos e ajustar projeções financeiras.

Redefinição do regime tributário conforme a nova estrutura de arrecadação.

Planejamento das margens de lucro e precificação considerando as alterações nas alíquotas.



Capacitação das equipes contábil e financeira

Os profissionais responsáveis pela gestão fiscal agora precisam estar mais atentos e preparados para aplicar corretamente as mudanças. O conhecimento técnico atualizado é essencial para evitar erros na apuração dos tributos e assegurar conformidade.

Entre os pontos importantes para capacitação destacam-se:



Treinamentos sobre regras de incidência tributária e compensação de créditos.

Atualização sobre novas obrigações acessórias e impacto nas declarações fiscais.

Monitoramento das regulamentações complementares para antecipar ajustes necessários.

Fique de olho nas notícias!

Como se sabe, a implementação da Reforma Tributária ocorrerá em etapas, com ajustes sendo regulamentados ao longo do tempo. Monitorar atualizações e manter contato com especialistas ajuda a evitar riscos e a garantir conformidade com as exigências fiscais.

Veja quais assuntos devem ser acompanhados:

Publicações do governo sobre prazos e exigências para adaptação.

Regulamentações complementares que impactem o modelo tributário.

Alterações normativas que possam influenciar obrigações fiscais e planejamento financeiro.

Como a tecnologia pode ajudar sua empresa a se preparar?

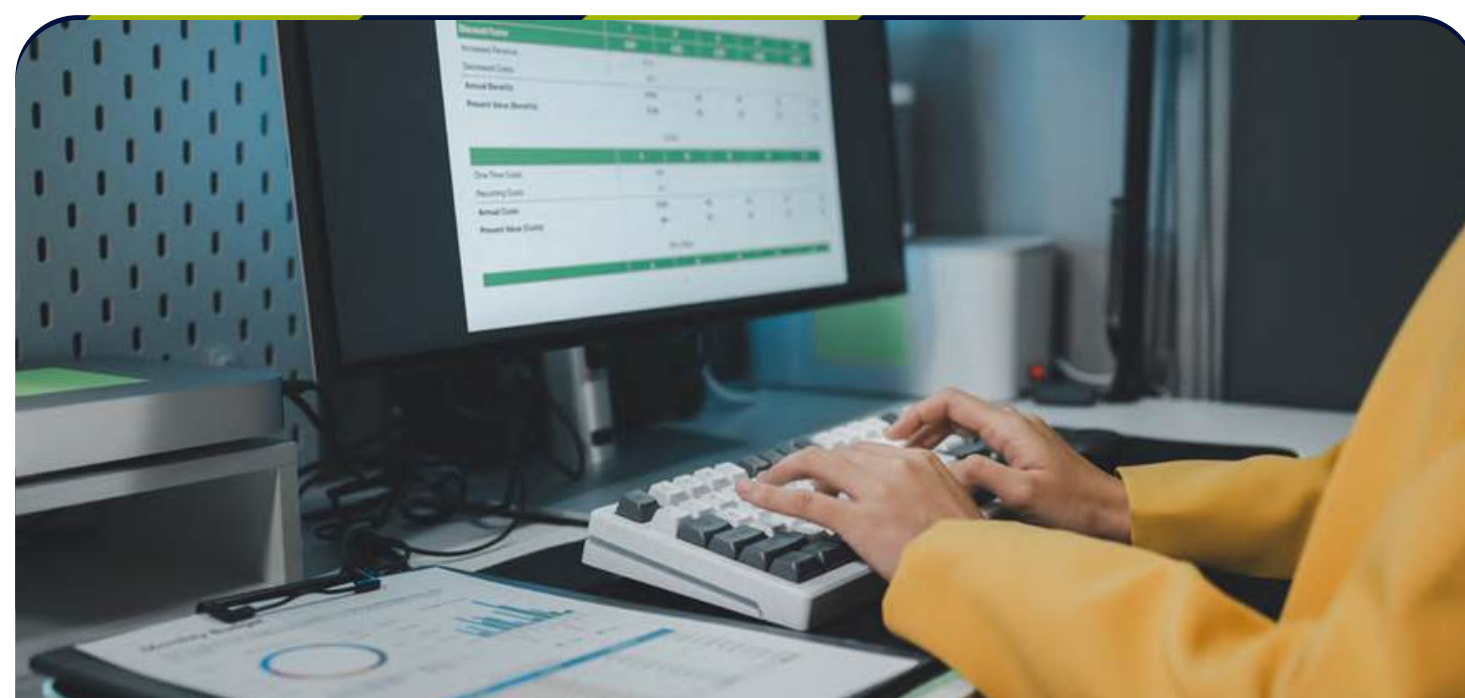
Ao longo deste e-book, foi possível compreender os impactos da Reforma Tributária, as mudanças na arrecadação e os desafios que empresas enfrentarão durante a transição.

Para garantir conformidade com as novas exigências, a **adoção de soluções tecnológicas torna-se um diferencial estratégico**, simplificando a adaptação e reduzindo riscos operacionais.

Sistemas inteligentes, como o ERP StarSoft Applications, automatizam a aplicação das regras fiscais, eliminando a necessidade de ajustes manuais e assegurando compliance tributário.

Com módulos atualizados de gestão financeira e contábil, sua empresa otimiza processos e ganha mais precisão na apuração de tributos.

Mas como o ERP StarSoft facilita a adaptação à Reforma Tributária?



Atualização automática das regras fiscais, garantindo conformidade sem necessidade de intervenções manuais.



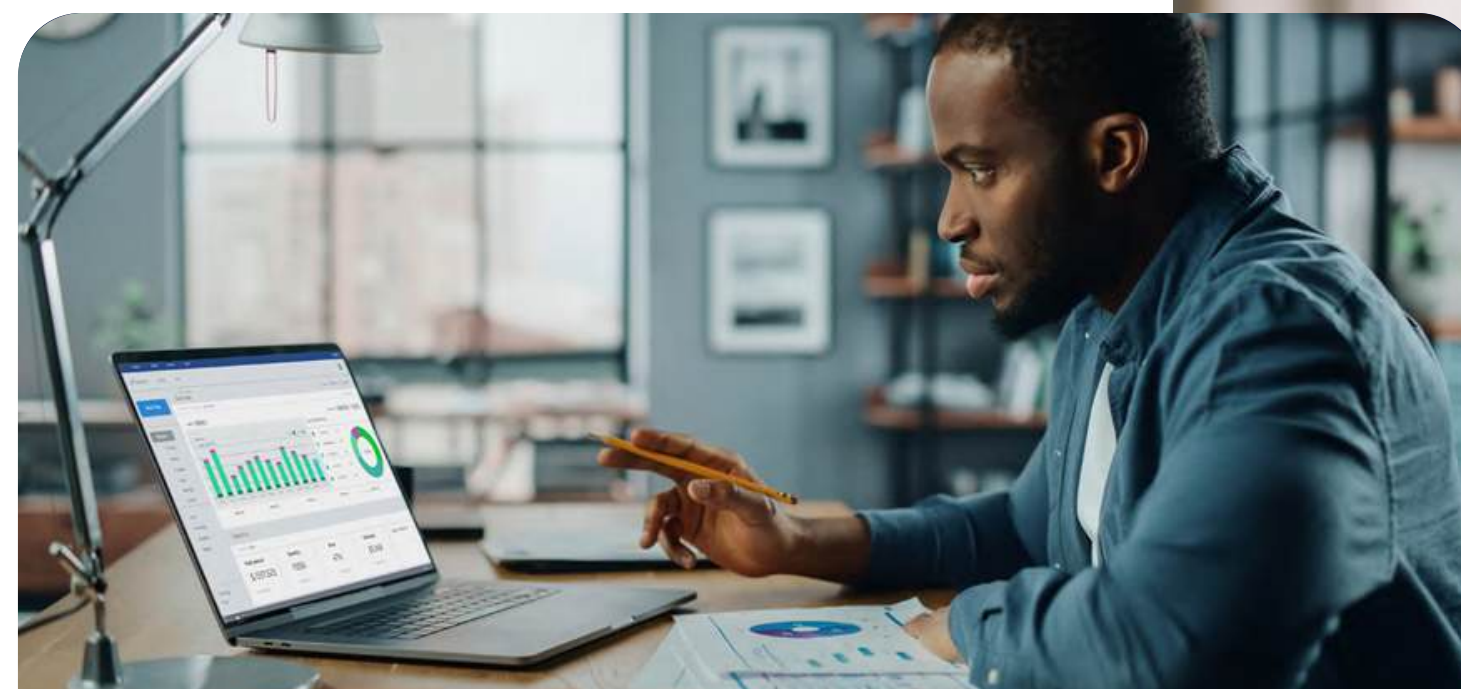
Gestão integrada de tributos, proporcionando cálculos precisos de alíquotas e bases de incidência.



Consultoria especializada, para validar sua operação, apontar ajustes, **garantir conformidade**, eficiência e o melhor uso do sistema.



Relatórios estratégicos, oferecendo percepções detalhadas sobre os impactos da reforma no planejamento financeiro.



Centralização das informações fiscais e contábeis, facilitando o acompanhamento das obrigações acessórias.

A transição para o novo sistema tributário exige preparação e ferramentas que simplifiquem a gestão. Converse com um consultor e descubra como o ERP da StarSoft pode tornar essa adaptação mais segura e eficiente!



StarSoft

ERP

O ERP da StarSoft é uma plataforma completa de gestão empresarial, desenvolvida para integrar e transformar os principais processos da sua organização. Com **mais de 60 módulos especializados**, você tem controle total de diversas áreas — **tudo em um único sistema, totalmente integrado.**

Contabilidade

Financeiro

Manufatura

Suprimentos

Contratos e Serviços

Folha de Pagamento

Faturamento

E muito mais!

Do planejamento à execução, o ERP da StarSoft automatiza tarefas, garante conformidade com legislações fiscais e trabalhistas, e proporciona mais eficiência operacional para todos os departamentos.

Com nossas soluções, sua empresa **ganha agilidade, reduz custos e melhora a tomada de decisão** com base em dados confiáveis. A StarSoft torna a gestão mais estratégica, inteligente e conectada com o futuro.

Converse com nossos especialistas e solicite uma demonstração!

